



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-  
CAMPUS I LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I**

**FERNANDA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVA**

**O PAPEL DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO  
EM INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SALVADOR**

**SALVADOR - BA**

**2022**

**FERNANDA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVA**

**O PAPEL DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SALVADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Departamento de Educação-Campus I, Salvador, da Universidade do Estado da Bahia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Valquíria Claudete Machado Borba.

**SALVADOR - BA**

**2022**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S586p

Silva, Fernanda de Oliveira Soares da

O Papel dos núcleos de atendimento educacional especializado em Instituições particulares de Salvador/ Fernanda de Oliveira Soares da Silva.- Salvador, 2022.

48 f.

Orientadora: Profa. Valquiria M. Borba.

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. 2022

Inclui referências

1. Pessoas com deficiência – Escola particular 2. Pessoas com deficiência – Inclusão social . 3 Pessoas com deficiência – Educação especial. I.Borba, Valquiria M. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. 2022. IV. Título

CDD: 371

**FERNANDA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVA**

**O PAPEL DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SALVADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Departamento de Educação - Campus I, Salvador, da Universidade do Estado da Bahia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Profa. Valquíria Claudete Machado Borba - Orientadora  
(DEDC I – UNEB)

---

Prof. Me. Diego Rodrigues Brandão  
(SEC de Dias D'Ávila e SEC de Salvador)

---

\_ Prof. Dr. Brulino Pereira de Santana  
(DEDC I - UNEB)

**Salvador – BA**

**2022**

## RESUMO

No percurso histórico da pessoa com deficiência, variadas foram as maneiras de tratamento dedicadas a elas, da marginalização ao assistencialismo, à integração e, atualmente, a busca pela inclusão, visões que seguem alinhadas aos aspectos políticos, econômicos, e culturais de cada época. Ao longo da história, alcançamos grandes transformações diante do cenário educacional para esses indivíduos, a partir dos movimentos, lutas e conquistas, possibilitando às pessoas com necessidades específicas o acesso às escolas regulares, inclusive às instituições privadas. Esse processo inovador de inclusão tem como apoio na escola os Núcleos de Atendimento Educacional Especializado - AEE. Tendo em vista a importância deste núcleo, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo: verificar a função desenvolvida por esse setor em duas escolas particulares de Salvador-BA. Para isso verificamos as ações desses núcleos nas escolas e relacionamos o funcionamento desses ambientes com os documentos, leis e diretrizes que norteiam a educação para pessoas com NEE. Para alcançarmos esses objetivos, realizamos uma pesquisa de campo através de um questionário enviado a duas educadoras de duas escolas privadas de grande porte em Salvador. Para nossa pesquisa, destacamos especialistas como: Mantoan (2003), Nunes e Tavares (2015), Pacheco e Alves (2007), que trazem um embasamento importante para uma reflexão sólida sobre a temática. Concluimos que esses setores estão caminhando rente as leis, mas, ainda se encontram em processo de construção, quando se pensa a plena inclusão.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência. Inclusão. Escolas privadas. Núcleos de AEE.

## ABSTRACT

In the historical course of people with disabilities, there have been various ways of treating them, from marginalization to welfare, integration and, currently, the search for inclusion, views that remain aligned with the political, economic, and cultural aspects of each era. Throughout history, we have achieved great transformations in the educational scenario for these individuals, based on movements, struggles and achievements, enabling people with specific needs to access regular schools, including private institutions. This innovative process of inclusion is supported at school by the Specialized Educational Assistance Centers - AEE. In view of the importance of this core, this Course Completion Work aims to: verify the function developed by this sector in two private schools in Salvador-BA. For this, we verified the actions of these centers in schools and related the functioning of these environments with the documents, laws and guidelines that guide education for people with SEN. To achieve these objectives, we carried out a field survey through a questionnaire sent to two educators from two large private schools in Salvador. For our research, we highlighted experts such as: Mantoan (2003), Nunes and Tavares (2015), Pacheco and Alves (2007), who provide an important basis for a solid reflection on the subject. We conclude that these sectors are following the laws, but are still in the process of construction, when considering full inclusion.

Keywords: Disabled people. Inclusion. Private Schools. AEE centers.

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1** - Número de matrículas de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segunda etapa de ensino - Brasil

**Gráfico 2** - Número de matrículas de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segunda etapa de ensino – Brasil

**Gráfico 3** - Número de matrículas de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segunda etapa de ensino - Bahia

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CENESP	Centro Educacional de Educação Especial
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organização Não Governamental
PCD	Pessoas Com Deficiência
PNEE	Política de Educação Especial
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TDDH	Transtorno Disruptivo da Desregulação do Humor
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
TOD	Transtorno Opositivo Desafiador

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1Aspectos históricos sobre a inclusão escolar no Brasil – Paradigmas de segregação, integração e inclusão.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2Aspectos pedagógicos para uma escola inclusiva.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 A inclusão e a rede particular de ensino.....</b>	<b>24</b>
<b>2 NÚCLEO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA DISCUSSÃO SOBRE SUA FUNCIONALIDADE .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 Panorama geral das instituições e das entrevistadas .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 A função dos Núcleos nas escolas privadas .....</b>	<b>29</b>
<b>3.2.1 Formação dos profissionais .....</b>	<b>29</b>
<b>3.2.3 Prática pedagógica .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2.4 Atuação interdisciplinar .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2.5 Visão do Núcleos de AEE .....</b>	<b>34</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE B – Questionário .....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO A – Respostas ao questionário .....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história da pessoa com deficiência é marcada por um conjunto de concepções e ações que ocorreram na sociedade que se baseava, constantemente, no aspecto político, cultural, econômico e religioso de cada época, correspondendo às demandas cívicas apresentadas nesses períodos. Esse percurso histórico está marcado por atitudes de agência de segregação, integração e, atualmente, inclusão das pessoas com deficiência

Passamos por momentos históricos em que essas pessoas eram descartadas ou simplesmente ignoradas por não serem "úteis" às necessidades da sociedade da sua época, como é o caso da era antiga, ou até mesmo eram vistas como personificações demoníacas por serem aquém do padrão de normalidade constituído nesses períodos.

Os avanços econômicos, históricos e científicos possibilitaram grandes mudanças na história da pessoa com deficiência, principalmente na sua visão como ser cívico de direitos. Essa nova visão ganhou espaço inicialmente no cenário internacional e, posteriormente, no nacional

Temos como grande marco histórico nacional, que ocorreram na metade do século XIX e início do século XX, os grandes manifestos populares e o levante das minorias em relação à democratização de direitos. Esses movimentos são de extrema importância e acarretaram diversos avanços cívicos ao longo dos anos. As conquistas que mais se destacam para a história da pessoa com deficiência são a Declaração de Salamanca, UNESCO/1994 (documento internacional que influenciou o nosso país com seus ideais), a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96. Essas trazem de forma instituída a obrigatoriedade da igualdade e equidade da educação perante indivíduos com ou sem deficiência, trazendo também aspectos atitudinais e pedagógicos que contribuem para a educação de maneira equânime. Assim, a pequenos passos fortes foram ocasionados avanços maiores.

Uma das leis mais atuais e marcantes para a história da pessoa com Necessidades Específicas é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), que consolida tudo o que já havia sido conquistado anteriormente, e traz, de forma inovadora, alguns avanços como a proibição da cobrança de valores a mais para a realização de matrículas de pessoas com deficiência, muitas vezes, feita pelas escolas privadas; a obrigatoriedade da entrada e permanência, de pessoas com deficiência em salas regulares; é a criação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), seja na instituição particular ou pública.

Todos esses encaminhamentos fizeram com que o acesso dos alunos com necessidades educacionais especializadas aumentasse, de sobremodo, nas escolas de ensino regular, tendo como intuito modificar aquele cenário de segregação que era o vigente no século passado.

Com essa nova configuração dos documentos vigentes, surgiram muitas dúvidas, receios e inseguranças, para além disso, foi perceptível o despreparo e a intensa demanda de modificações que precisavam ser feitas, pois a escola teria que passar por uma transformação extensa para se tornar inclusiva, e, assim, alcançar a verdadeira educação significativa, integral e democrática de qualidade.

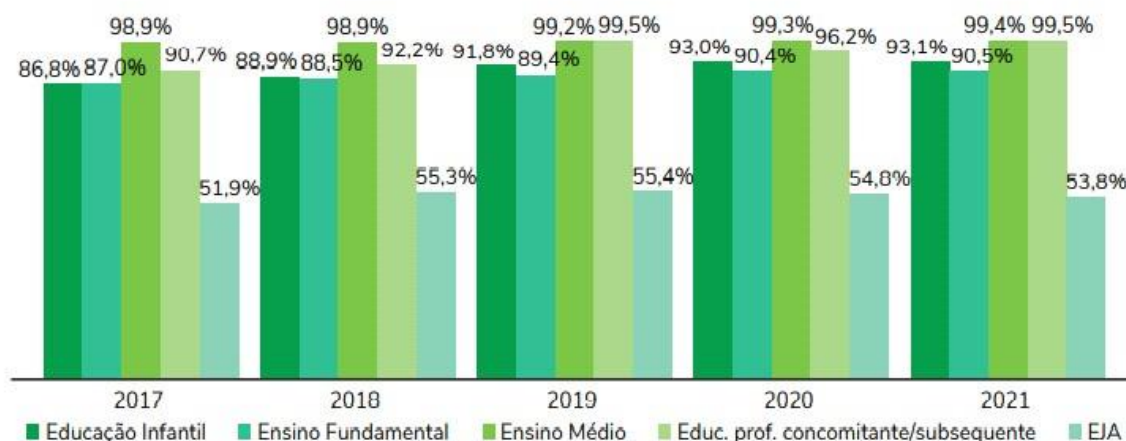
Para entendermos melhor as mudanças que ocorreram a partir dessas modificações legislativas, de acordo com o Censo Escolar de 2021, o número de matrículas do público-alvo (as pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades) chegou a 1,3 milhão neste ano, com um aumento de 26,7% em relação a 2017, sendo que o maior número de matrículas está centralizado na etapa do ensino fundamental, principalmente nos anos iniciais. Desses estudantes, mais de 90% de alunos estão incluídos em classes comuns em 2021 (com exceção da EJA) como podemos observar nos gráficos 1 e 2:

**Gráfico 1** - Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segunda etapa de ensino - Brasil



Fonte: DIP/INEP/ 2021

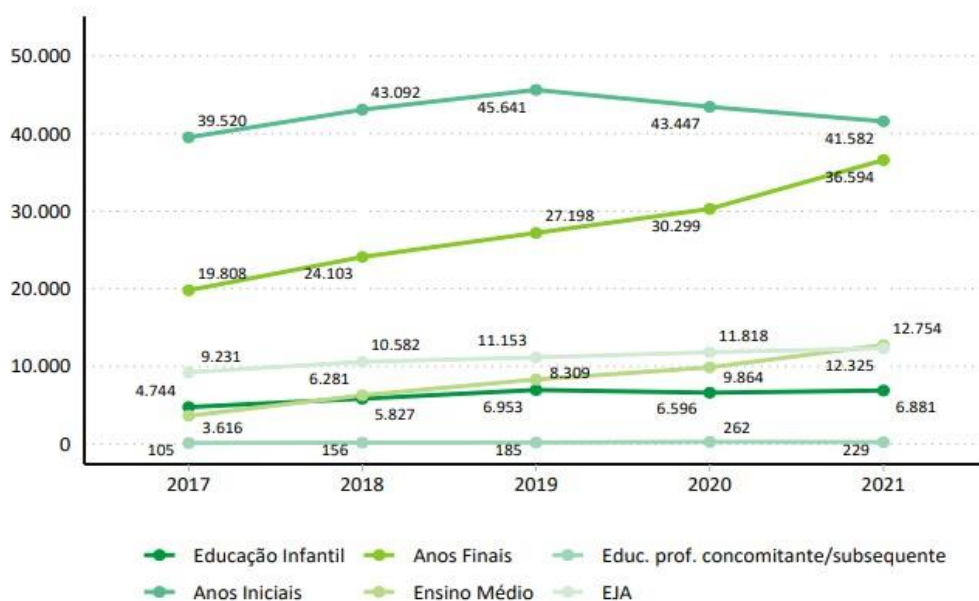
**Gráfico 2** - Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segunda etapa de ensino – Brasil.



Fonte: DIP/INEP/ 2021

No Estado da Bahia, isso se mantém com um aumento de 43,3% em relação a 2017, destacando-se as matrículas do ensino médio, que obtiveram um crescimento de 252,7%, entre 2017 e 2021, informações demonstradas no gráfico 3:

**Gráfico 3** - Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segunda etapa de ensino - Bahia



Fonte: DIP/INEP/ 2021

Para acolher essa nova demanda, foram instituídas várias modificações físicas, econômicas, pedagógicas e administrativas nas escolas, na tentativa de cumprir as leis e acolher da melhor forma esses estudantes.

Nas instituições públicas, houve o nascimento dos AEE (Atendimento Educacional Especializado), das salas de multi recursos, reformas físicas na perspectiva da acessibilidade, a disponibilização das Acompanhantes pedagógicas, dentre outros. Todos esses movimentos estão ocorrendo, porém, de forma lenta, e são dependentes de muitas reivindicações de familiares, da comunidade e da escola perante ao poder público.

Em relação à algumas instituições particulares, é possível enxergar uma movimentação de mudanças bastante heterogênea em intensidade, tamanho e variação. Isso se dá graças à natureza múltipla desse segmento. Nota-se, de forma padrão, a tentativa de algumas dessas instituições (principalmente as de grande porte) de obedecer à legislação, pensando em formas inovadoras e criativas de corresponder às demandas que surgem de acordo com a especificidade de cada Pessoa Com Deficiência PCD.

Esse novo movimento tem feito as escolas se repensarem, se reestruturarem para atender a essas novas demandas. Dando suporte a essas instituições, existe uma gama de leis, diretrizes, currículos, e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), mas, todos esses documentos trazem a educação especial de maneira teórica e atitudinal, com seu viés voltado essencialmente à realidade educacional das escolas públicas.

A partir dessa prerrogativa, as escolas privadas têm buscado se adaptar, realizando a criação de ações, espaços, métodos e recursos. Um deles tem sido a criação dos núcleos de atendimento especializado, ou núcleos de inclusão. Esse novo ambiente vem se popularizando nas diversas escolas particulares e se encontra como foco para toda e qualquer questão voltada para Inclusão. Pensando no surgimento, na estrutura e atuação nesses núcleos, surgiu uma questão: qual o papel do núcleo de Atendimento Educacional Especializado nas escolas particulares de Salvador?

Essa indagação se torna mais acentuada quando pensamos nas escolas privadas e suas características únicas como: sua maior autonomia, seus recursos, seu público-alvo, as múltiplas perspectivas dos variados projetos político pedagógico existentes, seus diferentes ambientes dentre outros.

O interesse nessa temática surgiu após uma experiência de três anos de estágio em escolas particulares como Acompanhante pedagógica de alunos com necessidades específicas. Nesse período, atuei um ano em uma das escolas, e dois anos na outra. A primeira delas era uma escola privada de pequeno porte, que atendia as etapas da

educação infantil e do ensino fundamental I. Nela, pude perceber a ausência do Núcleo de Atendimento Especializado, porém, havia uma grande demanda de alunos de NEE.

Os alunos com necessidades específicas mais brandas eram assistidos pedagogicamente pela instituição, os com deficiências mais severas tinham suas demandas pedagógicas especializadas correspondidas por profissionais contratados pelos pais (psicólogos, psicopedagogos, pedagogos).

Após esse tempo, atuei na mesma função em uma outra escola particular de grande porte, que continha as etapas do ensino básico até o ensino médio. Nela, obtive meu primeiro contato com o núcleo de atendimento especializado, que era composto por psicopedagogos, psicomotricista, psicólogas, estagiárias de diversas áreas de formação. O núcleo atendia toda e qualquer demanda dos alunos público-alvo, desde atividades adaptadas, questões comportamentais, administração das Acompanhantes pedagógicas dentre outros. Para adiante dessas atuações, também promovia o Atendimento Educacional Especializado externo à sala regular.

Essas experiências me fizeram refletir sobre o que realmente eram e qual a sua real função dentro das escolas, pois esse contato demonstrou o quão diverso e contrastante pode ser essa performance em meio à essas instituições.

Analisando os aspectos legais de documentos como a LDB/96, LBI/2015, ou até mesmo a BNCC/2017 (documento mais recente), observamos que esses não trazem a obrigatoriedade da criação desses ambientes.

Em virtude do exposto, nota-se a grande necessidade de investigações e aprofundamento teórico prático nessa temática, pois, com as mudanças relativas à legislação e as conquistas realizadas por esse público, estamos a cada dia perante a um grande pico de acesso desses estudantes nas escolas por todo país, inclusive nas instituições particulares, que são componentes do conjunto formativo da educação brasileira. Portanto, nota-se que é de extrema importância que a academia venha nos subsidiar com o conhecimento necessário para a conquista dos avanços educacionais que acarretarão no desenvolvimento equitativo da nossa sociedade.

Tendo em vista o exposto, nosso objetivo é verificar a função desenvolvida pelos Núcleos de Atendimento Educacional Especializado ou Núcleos de Inclusão em duas escolas particulares de Salvador. Para isso, propomos como objetivos específicos:

- Levantar as ações que ocorrem nesses núcleos;
- Relacionar o funcionamento desses ambientes com os documentos, leis e diretrizes que norteiam a educação para pessoas com Núcleo AEE.

A metodologia proposta foi estruturada a partir da abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que apresenta em sua essência a busca por respostas e conhecimento em questões voltadas a subjetividade, multiplicidade e abstração, conceitos pilares das problemáticas sociais humanas. Foi selecionado como instrumento de coleta de dados o questionário. Esse foi estruturado de acordo com os aspectos considerados importantes para compreender a essência desses ambientes e o perfil dessas escolas de acordo a visão dos profissionais que estão envolvidos nesse espaço de maneira profunda e contínua.

Nossa pesquisa está estruturada em três seções além desta introdução. Na segunda seção, apresentamos uma breve retrospectiva da história da pessoa com deficiência no mundo e, principalmente, no Brasil, as visões e concepções delimitantes que a cercaram e os desdobramentos das lutas e conquistas alcançadas.

Na terceira seção, apresentamos as escolas, os núcleos e os sujeitos da pesquisa, trazendo um panorama geral de estrutura, funcionamento e formação dessas instituições e do seu recurso humano direcionado aos núcleos.

Na quarta seção, expomos e discutimos os dados do questionário e da entrevista correlacionando-os com os documentos legislativos, e autores especialistas.

## **2 MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL**

A história é o esqueleto da estrutura das nossas vidas, o que foi construído nela em cada curva, ou declive leva à produção de um reflexo vivo e atuante na nossa atualidade.

Baseamo-nos nessa ideia para compreendermos melhor a trajetória da educação inclusiva, sua essência, os aspectos legais que a alicerçam e sua relação com as redes privadas, objeto de nossa pesquisa, a criação dos núcleos e o que eles são.

Esse diálogo ocorrerá partindo dos conhecimentos de especialistas como: Mantoan (2003), Nunes e Tavares (2015), Pacheco e Alves (2007) dentre outros que trazem um embasamento teórico importante para uma reflexão sólida sobre esse percurso.

### **2.1 Aspectos históricos sobre a inclusão escolar no Brasil – Paradigmas de segregação, integração e inclusão**

Para se ter um panorama real da ideia de Educação para a pessoa com deficiência existente na atualidade, se faz necessário pensar profundamente na gênese da história dessas pessoas ao longo do tempo. Essa história foi de conquistas, assim como a maioria dos direitos civis, através das necessidades que brotavam em cada época e das pressões populacionais, inicialmente no cenário internacional, e posteriormente no nacional, desencadeando, assim, vários pequenos passos em direção aos avanços presenciados hoje.

A história da pessoa com deficiência segundo Silva (1986 *apud* Pacheco e Alves 2007, p.243) começa com os povos nômades, onde, devido ao movimento de locomoção e a periculosidade dos ambientes, era comum deixar esses indivíduos com algum tipo de deficiência ou dificuldade no caminho por uma questão de sobrevivência da comunidade.

Com o nascimento das sociedades permanentes, temos como destaque a Grécia antiga, que apresentava uma visão de mundo baseada na mitologia e na devoção dos corpos perfeitos, ideia ligada à aparência dos deuses, não só por uma questão mitológica, mas, também, para o funcionamento de sua sociedade, que consistia em constantes guerras, e a concepção de que todo o cidadão deveria ser apto para lutar, logo, deveria ser perfeito corporalmente, discriminando-se, assim, as pessoas com deficiência.

Com o surgimento do cristianismo e o surgimento da idade média, as pessoas com deficiência começam a ser vistas como seres com alma de pecadores, possuidores de demônios punidos por Deus e que necessitam de ajuda, é solidificado o início primitivo da

visão assistencialista. Essa maneira de enxergar esse sujeito fez as atenções se estenderem um pouco a ele, mas não de maneira positiva, eles se tornaram naquele momento uma questão importante a ser resolvida como um "estorvo" que era preciso lidar.

Conforme Pacheco e Alves,

[...] o que observamos ao estudar a história da deficiência, é que, com ou sem intenção, a 'marginalização' da pessoa com deficiência existia e estava muitas vezes ligada à ideia de que as deficiências físicas/mentais e doenças eram causadas por espíritos maus, demônios ou uma forma da pessoa pagar por pecados cometidos, indicando certo grau de impureza e pecado e de uma certa maneira justificando o fato de serem apenas tolerados pela sociedade, o que reforçava a prática da marginalização, restando aos deficientes o destino de esmolar nas ruas e praças. (PACHECO E ALVES 2007, p. 243)

Com o advento da evolução científica no século XVII esses indivíduos pararam de ser vistos como uma questão religiosa para serem enxergados como casos médicos, havendo um grande avanço nas ciências e um salto nas pesquisas sobre as pessoas com deficiência, que param de ser vistas como um ser deficiente, passando a serem vistas como seres que estavam com deficiência, sendo a deficiência vista como algo a ser curado. Nesse período, uma gigante massa de conhecimento foi produzida nessa perspectiva, que, infelizmente, ainda está inserida em alguns pensamentos na atualidade.

Os verdadeiros processos de tentativa de integração e ressocialização das pessoas com deficiência na sociedade Mundial foram iniciados século XIX com a Revolução Industrial, em que, por uma necessidade da Sociedade, foi estimulado o desenvolvimento desses indivíduos (numa perspectiva técnica) para suprir um déficit de mão de obra nas Indústrias.

Contribuindo também para essa visão de integração das pessoas com deficiência, temos em destaque as guerras mundiais, quando houve uma atenção maior para esses sujeitos (principalmente aqueles que adquiriram algum tipo de deficiência em decorrência das guerras), houve a criação de programas de reabilitação que, já na sua estrutura, admitia uma equipe multidisciplinar para contribuir na reabilitação integral: no viés psicológico, físico e social desses indivíduos.

Desta forma, a partir da segunda metade do século XIX, houve uma grande preocupação com o potencial para o trabalho da pessoa com deficiência, o que contribuiu com a criação de várias organizações até hoje existentes com esta finalidade. Assim, observa-se um período voltado para a educação da pessoa com deficiência em que novas técnicas, adaptações e programas de ensino foram estabelecidos e mantidos até os tempos atuais, embora em processos de aperfeiçoamento e/ou reformulação. (PACHECO E ALVES 2007, p. 244)

Como observado na história mundial, de acordo com Pacheco e Alves (2007), a visão destinada à pessoa com deficiência se transforma, atendendo aos aspectos éticos, morais, religiosos e filosóficos utilizados na cultura dessas sociedades do Velho Mundo nos diversos períodos da história.

Na história nacional, de acordo com Mazzotta (1999, *apud* Pacheco e Alves, 2007, p.244) os olhares da sociedade só se voltaram para educação das pessoas com deficiência no início do século XIX, isso ocorreu por causa das influências internacionais, principalmente as ações ocorridas na Europa e nos Estados Unidos. As intenções iniciais, que seriam a gênese da educação inclusiva só surgiram no cenário político brasileiro no final dos anos 50 do século XX.

Temos nesse período (início do séc. XIX) a criação de vários institutos voltados para a educação básica, profissionalizante das pessoas com deficiência; esses espaços surgiram para suprir as necessidades da época de mão de obra especializada e para ceder às pressões dos países exteriores que já haviam mudado sua visão perante esses indivíduos. As instituições que se destacam são o Instituto dos meninos cegos (1854) atualmente Instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos surdos mudos (1857), eles tiveram vários nomes ao longo dos anos, e foram se modificando de acordo com os avanços da sociedade da época.

Com a revolução político-militar da década de 30 houve uma transformação enorme no cenário político, econômico, cultural e educacional brasileiro. O movimento da Escola Nova, utilizando de seus ideais de igualdade, respeito a diversidade e valorização da individualidade do sujeito, através da educação, contribuíram para a reformulação de algumas das principais concepções sobre os estudantes, incluindo as pessoas com deficiência (sejam físicas ou neuropsicológicas)

Nos anos 50 até os anos 80 proveniente dessas mudanças de pensamento, das lutas das pessoas com necessidades específicas, dos avanços nas pesquisas científicas e das influências internacionais, houve uma expansão nas escolas e classes especiais (públicas, comunitárias, privadas e privadas com caráter filantrópico), com maior participação governamental, e com metodologias inovadoras diante das já existentes no país, solidificando um pouco mais a construção das ideias iniciais de inclusão e dispersando das perspectivas de integração desses indivíduos.

Temos como destaque nesses anos, de acordo com Picolini e Flores (2020), a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) - Lei n.4.024/61, que relembra e confirma a educação das pessoas com deficiência como direito, que deve acontecer no sistema geral de Educação na medida do “possível”. E mais tarde, a criação de órgãos como o Centro Nacional da Educação Especial (CENESP), responsável pelo atendimento às pessoas ditas “excepcionais”, no âmbito pedagógico.

Todas essas modificações culminaram inicialmente na Constituição Federal de 1988, lei pilar das grandes conquistas de direitos, e da modificação concepcional e estruturante dos pilares da nossa sociedade (saúde, educação, cultura, política etc.). No seu Inciso III, o Art. 208, cita, pela primeira vez, o Atendimento Educacional Especializado como sendo obrigação essencial do Estado para com a educação. Além disso, afirma que esse processo seja realizado através do ensino regular, de maneira preferencial (BRASIL, 1988).

Após a constituição, houve diversos documentos que, ao longo dos anos, foram dando corpo, visibilidade e especificidade ao que se tornariam os núcleos de Atendimento Educacional Especializado. Alguns dos mais importantes são: a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 1994 e a LDB 9394/96 (Brasil,1996), o primeiro a nível mundial, os outros a nível nacional. Eles representam marcos históricos que desencadearam de maneira progressiva e contínua a criação de múltiplos parâmetros, leis, políticas e resoluções que buscavam através de cada traço alcançar a concretização de uma sociedade equitativa onde há espaço e suporte para todos.

Essas políticas atingiram os vários âmbitos que fazem parte da vida cotidiana. Na perspectiva educacional, esse movimento legislativo buscou atingir todas as etapas da Educação Básica, com o intuito de garantir não somente o acesso, mas a permanência com qualidade nas instituições educacionais.

Concretizando os avanços já conquistados, a resolução do MEC CNE/CEB N°2 de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica vem trazendo um diferencial, que posteriormente se configura como um "divisor de águas", acarretando um novo cenário na busca pela educação inclusiva. De acordo com o documento:

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com

necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (MEC, 2001, p. 01)

Nota-se que o ponto em destaque é a palavra "devem" constituindo um caráter obrigatório de abertura das instituições para o ingresso dos estudantes com deficiência. Essa pequena palavra gerou grandes mudanças não somente legislativas, mas, também, práticas, uma delas foi o aumento de matrículas de estudantes com deficiência nas instituições educacionais em geral.

A partir dessa resolução se intensificou um processo de transformação de enfoque em que as leis se debruçaram mais intensamente, não somente na perspectiva teórica, mas na atitudinal e procedimental em relação à inclusão desses estudantes.

Desses novos documentos que propõem a análise e sistematização das questões práticas da Educação inclusiva, está a resolução do MEC CNE/CEB N° 4 de 2009, que discorre sobre a fundação das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

A resolução de maneira detalhada discorre sobre o que é o AEE, como deve ser ofertado e suas maneiras de existir, quem são os atores envolvidos nessa ação, os ambientes que devem ser disponibilizados, a sua função social os papéis de todos esses atores nos trâmites burocráticos e as articulações que devem ser realizadas entre eles. Todo esse processo é explicado numa escala macro e micro, e está destinado principalmente às escolas públicas. De acordo com a resolução:

Esses dispositivos preveem, entre outros aspectos, que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorra sob dois modelos: a) em salas de recursos multifuncionais instaladas em escolas comuns da rede regular de ensino; e b) em centros de AEE formados por escolas especiais convertidas em centros de suporte educacional. Ambos os modelos devem funcionar como complemento e suplemento ao ensino comum, e não como espaços substitutivos de escolarização, conforme ocorria/ocorre historicamente em escolas especiais e nas classes especiais (BRASIL, 2008 *apud* Pletsch 2012, p.32).

Nota-se que o AEE, instituído principalmente para as escolas públicas, ocorre de dois jeitos: com as salas de multi recurso nas escolas de ensino regular e tornando instituições de educação especializada em ambientes de suporte, formalizando, assim, o foco principal

dessas mudanças: fazer com que o estudante esteja nas salas de ensino comum. Essa nova formulação de educação inclusiva gerou discussões e debates entre familiares, comunidades, especialistas e governantes, tendo um impacto muito grande no que já estava estabelecido há anos atrás. Essas mudanças acarretaram impactos não somente nas questões de estrutura física, mas, também em toda a ideologia embutida entrelinhas nas mentalidades da sociedade.

Um aspecto importante a ser ressaltado, sobre a nomenclatura utilizada com as pessoas com deficiência, se deve ao fato que nesse período da história todo o indivíduo com necessidade específica recebia a nomenclatura de pessoa com deficiência física ou mental. A partir da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que reformula a LDB/96 no seu art.4 no inciso III, expõe que : “Atendimento Educacional Especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O grande marco inicial da LBI de 2015 é a sua nova conceituação sobre o que é ser deficiente, demonstrado no artigo 2º, que define pessoa com deficiência como: “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Essa declaração nos demonstra, desde o início, a essência desse documento, que detalha, reafirma e concretiza os direitos da pessoa com deficiência em todo os âmbitos da sociedade, em todas as áreas de sua vida, desde a comunicação, transporte, saúde, vida, mercado de trabalho, dentre outros, contribuindo de maneira atitudinal, procedimental e teórica, conectando ações sócio-políticas, legislativas, culturais e econômicas.

Sobre a educação especializada para pessoas com necessidades específicas, está disposto o capítulo IV, que se reserva a todas as questões relacionadas a essa área, principalmente orientações para as instituições escolares. No seu artigo 28º, ... III, podemos visualizar a nova essência que deve ser propagada em meio à educação. Nele, está exposto:

III - projeto pedagógico que institucionalize o Atendimento Educacional Especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;"

Nota-se na lei como um todo, o estímulo e a abertura para a criação de novos métodos e ações desde que esses se mantenham na essência da concepção disposta no documento.

Acreditamos que com a compreensão do percurso histórico podemos entender de maneira mais completa o cenário atual da visão e atuação da sociedade perante às pessoas com deficiência. Como constatado nessa seção, essa visão perpassou pela marginalização, segregação, integração e tem se desenvolvido na inclusão. Se torna importante evidenciar que a mudança no olhar e na atuação das pessoas com deficiência não extinguiu as ideias anteriores, e que, na contemporaneidade, elas ainda se encontram presentes nas mais variadas camadas populacionais da nossa sociedade.

## **2.2 Aspectos pedagógicos para uma escola inclusiva**

Compreendendo a inclusão como palavra-chave da educação destinada a pessoas com deficiência, se faz essencial entendermos a fundo a natureza desse termo e todas as suas ramificações, principalmente tudo o que se destina aos aspectos pedagógicos.

Pensando no sentido denotativo da palavra, inclusão refere-se ao ato ou efeito de incluir, de adentrar e permanecer imbuído em algo que lhe era externo, fazer parte de uma comunidade. Nesse sentido semântico, obtém um formato muito amplo e geral, esse aspecto é revertido através das especificações criadas pelas variadas ciências (MENDES, 2017)

O fato de haver diversos significados e múltiplas formas de interpretação gera uma certa desorientação e ambiguidade não só em meio às áreas do conhecimento como também na comunicação entre elas e a sociedade como um todo. De acordo com MENDES (2017, p.62):

[...] Em biologia, também significa qualquer partícula encontrada no núcleo da célula e de natureza diferente daquela que compõe o protoplasma. Nas ciências sociais, o termo inclusão se refere às mesmas oportunidades disponibilizadas para as pessoas dentro da sociedade.

Enfim, o termo genérico “inclusão” pode ser aplicado em diferentes circunstâncias e áreas do conhecimento científico e, em cada um desses contextos, ele assume significado peculiar.

Sobre a educação escolar, o termo inclusão tomou um outro viés mais aproximado das perspectivas Ciências Sociais, se refere não somente ao ato de abarcar, integrar, mas,

sim, de incluir numa perspectiva de equidade dirigida a todos, independentemente de suas especificidades. Segundo Mantoan (2003, p.16)

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. [...] e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Apesar de no senso comum a ideia de inclusão estar totalmente relacionada com as pessoas com deficiência, a concepção de uma escola inclusiva engloba todos os seres humanos em uma perspectiva de aceitação e trato das diversidades que são inerentes a nossa natureza. Essa perspectiva disposta pela autora não somente acolhe o público-alvo da antiga Educação Especial como também todo e qualquer estudante brasileiro. Refletindo ainda mais sobre essa perspectiva de inclusão, Freire (2008, p.05) discorre:

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características"

Como podemos observar, a concepção de inclusão exposta acima vai de encontro ao disponibilizado nos documentos legislativos, principalmente quando citamos o Artigo. 1º da LBI de 2015 que discorre sobre sua função: “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Essa relação nos faz perceber a base teórica por detrás da criação das leis frente ao assunto.

O termo inclusão tem sua importância não somente no uso da terminologia nos nomes de alguns núcleos escolares, mas principalmente por representar como se deve ser a essência desses ambientes.

Refletindo sobre a configuração e transmutação de uma instituição para uma instituição inclusiva, segundo Pacheco e Alves (2007, p. 244):

[...] Esta questão não deixa de ser um fato real, pois para pensar em inclusão há de se levar em conta a necessidade de preparar o meio (recursos físicos/tecnológicos), as pessoas (recursos humanos) e conscientizar a comunidade local. Sem esses procedimentos, a inclusão não é possível, pois a problemática fica centrada só na pessoa com deficiência. Ou seja, há uma inserção da criança no meio escolar, mas não a própria integração ou inclusão propriamente dita [...].

A inclusão se difere da integração nesses aspectos, onde não somente se coloca os estudantes com necessidades específicas junto aos demais, mas, para além disso se modifica todo o espaço físico, se repensa o pedagógico, se capacita e contribui na transformação de pensamento dos atores e comunidade envolvidos com a instituição, e se arrisca constantemente as inovações sempre buscando de forma aberta e madura aprender e reajustar o que já foi feito a partir de possíveis “erros”.

### **2.3 A inclusão e a rede particular de ensino**

Como citado em tópico anterior, 2.1 Aspectos históricos sobre a inclusão escolar no Brasil, as primeiras instituições voltadas para pessoas com deficiência foram o Instituto para cegos, e o Instituto de surdos-mudos, criados em meados do século XIX por figuras importantes e elitizadas da época que tinham estudado no exterior ou eram estrangeiros íntimos do imperador. Essas pessoas receberam apoio financeiro do Império para manter esses locais.

Nesse mesmo período, foi criado um movimento pioneiro no Brasil para prestar assistência médica terapêutica às pessoas com deficiência intelectual chamado APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Esse movimento foi criado por diplomatas, representantes dos Estados Unidos, que carregavam consigo os avanços teóricos e metodológicos alcançados pelo seu país de origem.

De acordo com Lehmkuhl (2021) a APAE se configurava em uma instituição baseada em um movimento da elite letrada, amigos, simpatizantes e pais de pessoas com deficiência, de natureza privada e filantrópica, sendo modificado o seu caráter nos anos 90 quando foi declarada como ONG (Organização Não Governamental). Seu objetivo era sensibilizar o Estado e as pessoas quanto à “inserção” desses indivíduos com deficiência na sociedade.

Assim como os outros institutos, as APAES sofreram as alterações que ocorreram ao longo dos anos, especialmente as que ocorreram a partir da revolução de 30, e das transformações e pressões do movimento escola novista perante o Estado. Nesse momento o Estado começa a demonstrar a intenção de assumir, através da criação de setores, leis e

outros documentos oficiais, suas responsabilidades diante da educação, igualitária da população brasileira.

Apesar dessas modificações importantes e os avanços nos aspectos educacionais das pessoas com deficiência no âmbito público, as APAES ainda tinham o domínio e a maior qualidade quando se pensava na educação desses indivíduos. Segundo Silva (1995 *apud* Lehmkuhl, 2021, p.70):

[...] a APAE surge no intervalo entre o populismo do governo de Getúlio Vargas e as promessas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, para ocupar o espaço vazio da educação especial como rede nacional". O espaço vazio ao qual a autora se refere corresponde à ausência de um serviço público especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental/intelectual em todo o país, legitimando a criação de instituições privadas de atendimentos a esses sujeitos. Assim, "a educação especial, lugar marcadamente dos sujeitos marginalizados socialmente, era colocada à margem da educação pública, aberta para as iniciativas privadas"

Como explicitado acima a APAE toma destaque no intervalo entre o governo de Vargas e o de Kubitschek, assumindo as lacunas deixadas pela falta de estrutura da educação pública diante a educação dita "especial", se tornando maior referência do período quando se fala em educação de pessoas com deficiência.

Essas instituições foram legitimadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei 4024/1961, que traz um tópico chamado "Da educação dos excepcionais" que traz a oficialização desses ambientes, somente a partir da avaliação dos conselhos estaduais de educação, para receberem subsídio financeiro. Além disso, esse tópico (Da educação dos excepcionais) demonstra no seu Art.88 o estímulo no que tange a esses estudantes, a serem "enquadrados" e "integrados" ao sistema geral da educação e conseqüentemente a sociedade.

O cenário começa a mudar para essas instituições privado-filantrópicas, principalmente as APAES, através dos avanços dos estudos, pesquisas e congressos sobre a inclusão, que acarretaram no nascimento de leis e documentos importantes. Esses escritos refletiam o fato de a integração não corresponder aos novos objetivos e saberes alcançados e de a educação realizada somente nesses ambientes, (as escolas especiais) não possibilitar com que esses sujeitos fossem incluídos como cidadãos na sociedade.

Alguns desses documentos são a LDB de 1971, que reafirma de maneira mais enfática e detalhada o que foi citado na LDB anterior. A constituição de 1988, marco histórico, por estabelecer como direito fundamental a todos a educação, contribuir para o estabelecimento de diversos outros direitos voltados as minorias e destacar os deveres do Estado perante a população; O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990,

ênfatizando os direitos desses indivíduos e discriminando todo e qualquer ato de violência discriminação e abandono sofrido por eles; a Política Nacional de Educação Especial de 1994 (PNE) que trazia o acesso ao ensino regular para alunos com deficiência que estivesse em um ritmo condizente com os outros ditos “normais”. Apesar de ser um documento com olhar médico classificatório, possibilitou uma abertura na entrada desses indivíduos nas classes comuns. Temos também a LDB, lei 9.394/1996, constatando o nascimento da educação especial como modalidade de ensino e o estímulo “ferrenho” à matrícula desses estudantes nas escolas com ensino regular.

Nos anos seguintes com essas modificações legislativas, dentre outras, foi se aprimorando, através dos avanços científicos, as metodologias e aspectos instrucionais. Manifesta-se a consolidação dos AEE, Atendimento Educacional Especializado, e como eles deveriam ser realizados (principalmente nas escolas públicas).

Em relação à performance das instituições educacionais: as escolas públicas avançaram concomitante com as leis, mas ainda apresentavam grande dificuldade nas ações práticas; as instituições privado-filantrópicas também avançaram, principalmente nos quesitos pedagógicos, porém, foram perdendo espaço para escolas públicas.

E havia as escolas privadas que se repartiam entre as que tentavam, mesmo que de maneira tímida, acompanhar as questões legislativas e as que não tinham interesse em se debruçar sobre essas alterações e resistiam a abrir suas portas a educação especial. Esse formato durou por muitos anos até a criação da LBI - Lei Brasileira de Inclusão de 2015, que dá início a uma grande transformação perante a educação de pessoas com deficiência.

A LBI traz a obrigatoriedade da aceitação de matrículas de estudantes com deficiência em todas as escolas do país, e a criação por parte dessas escolas, de ambientes, aspectos pedagógicos metodológicos, recursos humanos especializados dentre outros para dar subsídio à educação integral de qualidade desses estudantes. Segundo a LBI 2015:

As instituições de ensino privadas, submetidas às normas gerais da educação nacional, deverão efetivar a matrícula no ensino regular de todos os estudantes, independentemente da condição de deficiência física, sensorial ou intelectual, bem como ofertar o Atendimento Educacional Especializado, promovendo a sua inclusão escolar (BRASIL, 2015, p. 140)

Consoante a Nunes e Oliveira 2018, todas as vezes em que for convocado o Atendimento Educacional Especializado pela família dos estudantes público-alvo (pessoas com deficiência, Transtornos globais do desenvolvimento e superdotados), não compete à família o suprimento financeiro dos custos desse acompanhamento.

A partir desses avanços legislativos houve um aumento “colossal” na quantidade de matrículas desses estudantes nas instituições (como exposto nos gráficos na introdução),

acarretando, principalmente, nas escolas privadas (devido ao seu histórico) a necessidade de se reinventar e se reestruturar em todos os seus aspectos para dar suporte fundamental a essa nova forma de educação chamada “inclusiva”.

Muitas dessas escolas realmente fizeram essas modificações e foram se baseando no aspecto prático de “tentativa e erro, ” se espelhando nos documentos existentes para se aperfeiçoarem, o que tornou a transformação de cada uma delas em algo muito específico, principalmente se pensarmos na natureza heterogênea dessas instituições. Isso foi notado através das minhas experiências educacionais, das falas de alguns professores e coordenadores das escolas por onde passei.

Nota-se um esforço para o desenvolvimento em uma perspectiva inclusiva por parte das escolas privadas, um desses esforços foi em relação ao AEE que produziu um ponto em comum entre essas escolas, a criação dos Núcleos de Atendimento Educacional Especializado. Esse existe com vários nomes e formatos diferentes, mas, tem se tornado um padrão, principalmente em escolas de grande porte. Trataremos mais profundamente da concepção, e atuação desses núcleos na seção 3.

### 3 CONHECENDO NÚCLEO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA DISCUSSÃO SOBRE SUA FUNCIONALIDADE

Nesta seção, será apresentada brevemente as escolas e as pessoas envolvidas na pesquisa, suas especificidades e o contexto em que existem, pontos importantes para a compreensão e aprofundamento da discussão proposta.

Também trazemos a análise do questionário aplicado a duas educadores, separando as perguntas em subtópicos temáticos, através das respostas vamos dialogar sobre possíveis relações de similaridades, diferenças, e buscaremos conexões com a legislação e os arcabouços teóricos sobre o tema. Por uma perspectiva ética os nomes das escolas e das entrevistadas não são divulgados, sendo substituídos por nomes fictícios aleatórios de flores.

#### 3.1 Panorama geral das instituições e das entrevistadas

Para nossa pesquisa, traremos dados de duas instituições privadas de ensino de Salvador - BA. A primeira instituição chamaremos de **Gérbera**. A escola Gérbera é uma instituição de grande porte, sendo uma unidade recente de uma rede de escolas mais antigas que possuem as três etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e contém alguns casos de filantropia. Apresenta a inclusão desde o nascimento dessa unidade, mas só se afirmar consolidado há pouco tempo. Tem aproximadamente 170 alunos de inclusão, apresentando alunos principalmente com transtornos globais do desenvolvimento.

Nesta instituição, respondeu o nosso questionário uma das educadoras responsáveis pelo Núcleo de Atendimento Educacional Especializado, é especialista em psicomotricidade, e tem se voltado para a etapa da educação infantil. Nós a chamaremos de **Girassol**.

A segunda Instituição, que tem o mesmo perfil da anterior, é uma unidade mais recente em Salvador, advinda de uma outra rede de instituições antiga, também alcança as três etapas da educação básica, porém, essa tem mais anos de existência, e maior quantidade de alunos. Em relação aos alunos de inclusão são aproximadamente 215 matriculados na instituição até então, sendo alunos principalmente com transtornos globais do desenvolvimento. Esta será apresentada como Escola **Açucena**.

Respondeu ao nosso questionário uma das responsáveis do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado, que chamaremos de **Crisântemo**. **Crisântemo** é Neuropsicopedagoga, Psicomotricista, tendo em sua função professora do AEE.

O perfil dessas escolas é muito parecido, ambas têm um viés religioso muito forte, e as perspectivas educacionais delas são voltadas para artes, tecnologia, línguas estrangeiras e cultura como um todo. Apresentam uma estrutura física com muitas salas e ambientes com muita vegetação, bibliotecas, laboratórios de informática e de outras ciências, quadras poliesportivas, salas de artes, auditórios, e salas de multi recurso.

O perfil dos alunos de inclusão das duas escolas alcança: os alunos PCD, o TGD que englobam os diferentes transtornos do TEA, Síndrome Down, os transtornos psicológicos como: TDAH, TOD, TDDH (transtorno disruptiva da regulação do humor), alunos surdos com implante coclear, dentre outros.

### **3.2 Discussão sobre a função dos Núcleos nas escolas privadas**

Nesse tópico, discorreremos sobre os resultados dos questionários, explicitando suas respostas, analisando-as e estabelecendo conexões com as leis e com os embasamentos teóricos relacionados à temática. As perguntas efetuadas nos questionários estão dispostas nessa seção de maneira diferenciada do questionário sendo aqui separadas pelos assuntos. Esta seção está subdividida em: Formação dos profissionais; Prática pedagógica; as inter-relações do Núcleo de AEE; Visão do Núcleos de AEE.

#### **3.2.1 Formação dos profissionais**

A qualificação dos recursos humanos, na perspectiva da educação inclusiva é fundamental, pois, esses profissionais farão a mediação essencial para o desenvolvimento desses indivíduos, de forma prazerosa e significativa.

Sobre a formação dos profissionais atuantes no AEE, conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 no Art. 8º, “As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos”

Para compreendermos como os núcleos de AEE se configuram, segundo a temática, fizemos a seguinte pergunta: Qual a formação dos profissionais que trabalham nos núcleos?

Todo trabalho é realizado por uma equipe multiprofissional que pode ser composta por Psicólogo, Neuropsicopedagoga, Psicopedagoga, Psicomotricista, Professor regente, professor AEE, Mediador (Pedagogo) Profissional de apoio e Pedagogos com especialização na área de educação inclusiva. (Crisântemo)

Uma equipe de Pedagogos, psicopedagogos e estagiarias de psicologia e pedagogia. (Girassol)

As respostas demonstram uma similaridade na composição de suas equipes. Esses profissionais, assim como expõe a legislação, devem ter uma formação continuada voltada para a área da educação inclusiva. Essas formações têm por objetivo preparar esse educador com o conhecimento qualificado, preparando-os para lidar com os ocorridos inesperados, imprevistos e para possibilitar o suporte a quaisquer necessidades específicas de cada aluno.

### **3.2.2 Prática pedagógica**

Dando sequência, separamos mais duas perguntas que foram realizadas no questionário, uma relacionada ao perfil dos alunos de inclusão, e a outra relacionada à atuação didática, metodológica dos núcleos.

Sobre o perfil desses estudantes, o Art. 2o da LBI de 2015 discorre que

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.  
”

Ou seja, todo e qualquer sujeito que tenha uma necessidade específica, que demande um suporte diferenciado para romper com as barreiras existentes nessa formatação de nossa sociedade.

Sobre o público-alvo dos núcleos de AEE dessas instituições, as profissionais relataram:

Segundo a LBI, LDBEN, entre outros documentos, são estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), os que possuem altas habilidades ou superdotação e Pessoas Com Deficiência (PCD), existe uma política já bem estabelecida de inclusão desses estudantes nas escolas regulares. No [...] Colégio [...] em que trabalho temos: TEA, TDAH, TOD, SINDROMES, DI, PCD, PARALISIA CEREBRAL... dentre outros.  
(Crisântemo)

Nota-se, como falado anteriormente, que o público-alvo das duas escolas é muito parecido. Apesar disso, há uma diferença entre os tipos de deficiência ou transtorno nas duas escolas, acreditamos que o fato de uma ter mais estudantes de inclusão que a outra seja o motivo da variedade.

Na segunda pergunta, falamos sobre a prática pedagógica, buscando compreender as metodologias utilizadas nesses ambientes. O Art. 8º as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica de 2001, no inciso III relata que é necessário realizar:

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

A partir do exposto acima podemos perceber que toda e qualquer adaptação sendo considerada essencial e correspondendo ao cerne das escolas pode e deve ser realizada para o ajuste as novas perspectivas da educação inclusiva. No questionário, indagamos: Quais as ações pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo?

Solicitar à família um laudo do diagnóstico da síndrome, transtorno, deficiência a qual a criança possui.  
Notificar o diagnóstico aos professores que serão responsáveis pelo processo de aprendizagem do aluno.  
Readaptar o quadro dos componentes curriculares e reorganizar os conteúdos do ano/série do plano de aula, estabelecendo objetivos que o aluno deve alcançar, elencando que será necessário desenvolver o mesmo.  
Elaborar atividades diversificadas e estratégias que favoreçam o processo de aprendizagem.  
Adaptar critérios e instrumentos pertinentes ao sistema de avaliação e suportes na execução de tarefas solicitadas pelo professor, por meio de oralidade, escrita, utilização de recursos.  
Disponibilizar mediador acompanhando aluno em sala aula e avaliações quando necessário.  
Relatório trimestral constando a evolução do aluno.  
Estabelecer contato com o profissional e/ou especialista que acompanha o aluno fora da escola.  
Promover encontros entre família e escola para que, juntos possam adotar a mesma linguagem.  
Cultuar com os colegas a compreensão, solidariedade e o respeito uns com os outros e com as diferenças de cada um.  
Adaptar o espaço físico escolar às condições apresentadas pela criança diante de suas necessidades.

Auxiliar, incentivar e proporcionar aos educadores estarem sempre atentos a subsídios, textos, leituras, palestras, seminários, congressos, cursos que possam favorecer a atuação de maneira mais precisa com alunos de inclusão. (Crisântemo)

Oficinas de vida prática projetos literários aulas diárias sobre conteúdos trabalhados em sala, adaptação curricular. (Girassol)

Na fala de Crisântemo, observa-se as etapas estabelecidas pelo núcleo desde o início, na matrícula, até a atuação desse setor nos aspectos pedagógicos, e administrativos desse estudante. Enquanto que Girassol relatou apenas as ações pedagógicas referentes à metodologia executada pelo núcleo com esses estudantes nos espaços escolares. Ambas as falas descrevem práticas que os documentos como a LBI de 2015 no Art.28 inciso V, VI, expõem como: Ações que favorecem a participação e o desenvolvimento desses estudantes nas instituições seja de maneira coletiva ou individual; Avanços tecnológicos e científicos que produzam recursos facilitadores da aprendizagem. Contudo, percebemos maior comprometimento metodológico e preocupação com os indivíduos na explanação de Crisântemo.

### **3.2.3 As inter-relações do Núcleo de AEE**

O núcleo é um espaço que contém uma equipe multiprofissional, é um setor das instituições que as complementam em busca de um objetivo: a educação inclusiva. As relações entre esses atores educacionais, os diversos setores das escolas, a família e a comunidade é essencial para o alcance dessa meta.

Conforme o Art.º 3 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, no parágrafo único: “[...] os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. “

Nós realizamos duas perguntas voltadas para essa temática. A primeira é sobre a interação do núcleo com os outros setores da escola, em relação a ela as professoras responderam:

Essa interação é alinhada com todos os setores, funcionários, professores, orientadores e coordenadores educacionais, gestores e alunos. Envolve diversas etapas de desenvolvimento, planejamentos das atividades, e plano de ação. A inclusão de alunos na prática depende de toda equipe escolar, pois através da execução em concordância é que se faz acontecer a inclusão dos alunos com necessidades especiais. (Crisântemo)

O núcleo vem ganhando espaço dentro da instituição, e a comunicação começa a ser mais efetiva com formação, participação nas reuniões de cada setor. Sem a comunicação o trabalho não caminha bem, ficam lacunas que atrapalham o desenvolvimento do trabalho de ambos os lados. (Girassol)

Podemos observar que as duas educadoras concordam com a essencialidade do trabalho em comunhão e comunicação com os envolvidos na vida e na educação desses estudantes. Essa concepção vai ao encontro do Art. 27 da LBI, no parágrafo único, que expressa: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. ”

Cabe ressaltar a fala de Girassol quando expõe a formação como elemento significativo para efetuar essa conexão entre os setores, pois infelizmente a falta de conhecimento sobre a educação inclusiva, pode gerar o afastamento, falta de preparo, relativo aos aspectos inovadores dessa área, e o preconceito por parte de outros setores da instituição.

Além disso perguntamos também sobre essas interações com as famílias. De acordo com as educadoras:

Quando falamos em inclusão entre os alunos, não podemos esquecer que as famílias também são inclusas, precisam de atenção e momentos de socialização, de trocas de experiências para poder consolidar a inclusão. A parceria da escola e a família resulta em progressos no desenvolvimento que são significativos na qualidade de ensino. É primordial a atenção da escola a respeito dos impactos que alunos com características especiais produzem na vida em família. Com efeito, o entendimento das dificuldades de aprendizagem implica um olhar extensivo à família. Além disso o lar deve possuir uma extensão pedagógica, começando pelos pais, desviando-se da culpa e do medo, protegendo-se contra o desânimo e garantindo boas e otimistas expectativas.

É essencial que haja essa unidade, um eixo que pode ser o fio condutor para projeto da inclusão em família. No início do ano proporcionamos um encontro (reunião), com explicações mais contextualizadas sobre o tema, utilizando dinâmicas que implicam a importância da parceria. Durante o ano realizamos reuniões periódicas troca informações, mostra de relatórios, uma construção de experiência compartilhada. Escola e família são corresponsáveis. (Crisântemo)

Estamos sempre abertos para receber as famílias e os profissionais das crianças que fazem parte do núcleo. Essa interação acontece em vários momentos durante o ano, a partir dos plantões pedagógicos e quando surge a necessidade. (Girassol)

Pensar na Inclusão e pensar no estudante e na família. Algumas delas sofre pelos diagnósticos e por toda transformação que iram passar em suas vidas desde atividades do cotidiano, até questões mais complexas. Devido ao histórico das pessoas com necessidades específicas, sejam PCD ou tenham algum tipo de transtorno, existe sempre esse receio de adentrar a sociedade, principalmente a escola que é o primeiro ambiente

socialmente e culturalmente diverso. Crisântemo em sua fala vai ao encontro de Mantoan (2003, p.30), que expressa:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.

Torna-se indispensável alinhar as forças para almejar os nossos intuitos perante a inclusão, e perante o crescimento educacional integral desses estudantes. Para isso, necessitamos da união de todos para uma transformação completa do sistema educacional para corresponder com as demandas de todos.

### **3.2.4 Visão dos Núcleos de AEE**

Neste tópico refletiremos sobre o conceito dos núcleos de AEE e suas dificuldades. Além disso, buscaremos compreender as especificidades desses ambientes nas escolas privadas. Consoante a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEE):

O Atendimento Educacional Especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

A partir do já exposto, cabe refletir sobre como está definido o núcleo de AEE nas escolas particulares. Sobre esse e questionamentos as profissionais relataram:

O Núcleo de Atendimento Educacional Especializado é um espaço escolar com a função de identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade numa perspectiva inclusiva social para os alunos, considerando sobretudo suas necessidades específicas para uma participação plena visando a autonomia e independência na escola e fora dela. (Crisântemo)

O NAPp é um espaço que executa ações que promovem a aprendizagem de alunos inclusivos na escola, acompanhando os estudantes nos seus diversos segmentos com ações pensadas individualmente. (Girassol)

Nas falas das educadoras o termo “espaço” se repete colocando o núcleo como um ambiente, disposto para estas ações citadas por elas, que corresponde de maneira central

às demandas dos aspectos de inclusão e dos alunos com necessidades específicas. Essas declarações estão em sintonia com o exposto nos documentos legislativos, porém, de acordo com Mantoan (2008, p.36):

O ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução que não corresponde aos princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência (como já nos referimos no capítulo em que tratamos das questões legais da inclusão e nos remetemos à Convenção da Guatemala). Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Para Mantoan (2003), a educação inclusiva é a inovação geral dos aspectos pedagógicos vigentes, fazendo com que a escola assuma um perfil que seja alcançado por todos, sem a carência de atendimentos específicos ou ajustes individualizados. Uma instituição que desde a estrutura física até os aspectos subjetivos e psicológicos sejam preparadas para as múltiplas formas de se existir no mundo.

Pensando nas dificuldades encontradas nesse setor, as profissionais discorrem:

Uma das maiores dificuldades é a falta de parceria pais e escola, infelizmente muitas vezes essas tentativas são falhas e muitos pais não se apropriam do prejuízo de sua ausência como alicerce no desenvolvimento psicológico e social do filho. Temos alunos que são matriculados sem laudo sem que seus pais suspeitem de qualquer situação atípica do filho e após observação do professor diante de algumas dificuldades apresentados em sala, sugerimos que o levem a um especialista. Alunos matriculados sem laudo e só após a inserção descobrimos a necessidade de mediação e adaptações necessárias.

O grande problema na atualidade é que algumas escolas, além de não possuírem professores com especialização na área da educação inclusiva, muitas vezes esses mesmos professores não sabem lidar com mediadores que acompanham alunos de inclusão em sala de aula, não estão também preparadas para receber os alunos com necessidades físicas especiais... (Crisântemo)

Atualmente o espaço físico é a nossa maior dificuldade, pois, para os atendimentos individualizados de tantos alunos de segmentos diferentes é um desafio. (Girassol)

Em relação às dificuldades, fica clara a diferença entre as instituições, nos foi apresentado dois focos diversos de desafios que tem atingido essas escolas. Em quanto Crisântemo expõe sobre a complexidade do diálogo e parceria com os pais, e da relação professoras regentes, ou mediadoras, com os profissionais do núcleo, Girassol expõe o

inconveniente espacial existente pela falta de preparo estrutural da escola mediante a nova quantidade de estudantes de inclusão e suas demandas educacionais singulares.

Esses aspectos reforçam a concepção de que ainda enfrentamos adversidades ligadas à estrutura anterior de educação, esses problemas enfatizam o embate entre o comum e o novo. Inovação essa que a inclusão é marcada por executar. Segundo Mantoan (2003, p.34):

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino.

Portanto, acreditamos que o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado é um setor que tem ganhado espaço nas instituições privadas e vem representando o princípio da construção de uma escola inclusiva. Através do seu desenvolvimento e da sua conexão com os outros setores, família e comunidade se faz possível a realização da inovação chamada inclusão.

## 4 Considerações Finais

Todo percurso dessa pesquisa teve como objetivos: Levantar as ações que ocorrem nesses núcleos e estabelecer relação entre o funcionamento desses ambientes e os documentos, leis e diretrizes que norteiam a educação para pessoas com necessidades específicas, acreditamos que essas metas foram alcançadas, pois, foi possível conhecer mais a fundo esses setores e suas especificidades nas escolas particulares.

Nota-se em relação a sua correspondência com as leis, que isso ocorre, porém, na prática, está em processo de desenvolvimento. Esse processo é dependente de múltiplos fatores, que demandam o esforço e a atenção de todos os atores educacionais (todos os funcionários de uma instituição), da família, e da comunidade.

Percebemos que a temática ainda precisa ser mais explorada, pois, contém poucas pesquisas e estudos sobre esses núcleos. Eles estão em processo de instalação, se apresentando no início de sua solidificação como conceito e como ambiente legitimado.

Ressaltamos a importância desses núcleos para o princípio da instauração da concepção de inclusão. Nas escolas privadas, vimos que os Núcleos de AEE estão sendo implantados, e buscando-se explorar suas potencialidades perante aos desafios encontrados nessa nova era.

Em suma, cremos que é preciso mais pesquisas e diálogos como esse para se repensar sobre a educação não em blocos (escolas públicas, privadas, filantrópicas ou comunitárias) mas, como um todo heterogêneo que serve de base a partir da educação para o futuro de toda população brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Acesso em: 25 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 04, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Disponível em : [Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. \(mprs.mp.br\)](#) Acesso em: 26 jul. 2021

BRASIL. 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 15 ago. 2021

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em : [portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexotexto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexotexto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192) Acesso em : 15 ago. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar**. Brasília: MEC/INEP, 2020. Disponível em : [Resultados — Inep \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 20 ago. 2021

BRASIL. Lei nº 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Brasília, 1990. Disponível em : [ECA\\_ATUALIZADA-11-2022\\_GRAFICA.indd \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 10 out. 2022

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1971. Disponível em : [Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei 5692/71 | Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971, Presidência da República \(jusbrasil.com.br\)](#) Acesso em: 06 nov. 2022

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em : [Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Presidência da República \(jusbrasil.com.br\)](#) Acesso em : 05 set. 2021

BRASIL. Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. **Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1961. Disponível em : [Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Presidência da República \(jusbrasil.com.br\)](#) Acesso em : 16 nov. 2022

BRASIL. LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para**

**dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Brasília, 2013. Disponível em: L12796 (planalto.gov.br). Acesso em: 9 dez. 2022

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA:** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.FOUCALT, Michel. Os anormais. Disponível em : portal.mec.gov.br/sees/arquivos/pdf/salamanca.pdf Acesso em : 18 set. 2021

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a Inclusão.** Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008 | 5 - 20. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5299>. Acesso em: 20 jul. 2021

LEHMKUHL, Márcia de Souza. **Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e rede privada de atendimento como movimento social.** Revista Extensão em Foco | v.9| n.1| 2021. Disponível em: [Vista do POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E REDE PRIVADA DE ATENDIMENTO COMO MOVIMENTO SOCIAL \(uniarp.edu.br\)](Vista do POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E REDE PRIVADA DE ATENDIMENTO COMO MOVIMENTO SOCIAL (uniarp.edu.br)). Acesso em: 16 nov. 2022

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? /** Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar). Disponível em : <https://www.google.com/url?sa=t> <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> [HYPERLINK](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf) [HYPERLINK](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf) <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>". Acesso em: 17 nov. 2022

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”:** reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas/ organizadores Sonia Lopes Victor, Alexandro Braga Vieira e Ivone Martins de Oliveira. – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 60-83, 2017. Disponível em: [https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/fiel\\_d/anexo/educacao\\_especial\\_inclusiva.pdf#page=58](https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/fiel_d/anexo/educacao_especial_inclusiva.pdf#page=58). Acesso em: 17 nov. 2022

NUNES, Sylvia da Silveira. SAIA, Ana Lucia. TAVARES, Rosana Elizete. **Educação Inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família.** Psicologia: Ciência e Profissão (Impr.) 35 (4) • dez 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/19823703001312014>. Acesso em: 18 nov. 2022

NUNES, Isabel Matos. OLIVEIRA, Maria Isabelle Alves de. **A inclusão escolar na rede privada: tensões e possibilidades.** V seminário nacional de educação especial XVI Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, UFES – Vitória / ES – 2018. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&p=99bf6122fb8ad9c1JmltdHM9MTY3MDYzMDQwMCZpZ3VpZD0zNmNkZWYxNy0xZTJmLTZmNDMtMjRkMC1mZDM0MWZmOTZIMDcmaW5zaWQ9NTE2Mw&ptn=3&hsh=3&fclid=36cdef17-1e2f-6f43-24d0-fd341ff96e07&psq=A+INCLUSÃO+ESCOLAR+NA+REDE+PRIVADA%3a+TENSÕES+E+POSSIBILIDADES1&u=a1aHR0cHM6Ly9wZXJpb2RpbY29zLnVmZXMuYnIvc25lZS9hcnRpY2xL3ZpZXcvMjM0NTcvMTY0MTM&ntb=1>. Acesso em: 17 nov. 2022

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto. ALVES, Vera Lucia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização a inclusão social: uma mudança de paradigma.**

Revistas da USP, Tendências e Reflexões, São Paulo SP, v. 14, n. 4, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-0190.v14i4a102875>. Acesso em: 20 nov. 2022

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia; FLORES, Maria Marta Lopes. **TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: MARCOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS RELEVANTES**. Mediação, Pires do Rio - GO, v. 15, n. 1, p. 206-214, jan.-jun. 2020. ISSN 1980-556X (versão impressa) / e-ISSN 2447-6978 (versão on-line). Disponível em: [Trajetória da Educação Especial no Brasil: Marcos Históricos e Políticos Relevantes | Revista Mediação \(ISSN 1980-556X\) \(ueg.br\)](#). Acesso em: 20 nov. 2022

PLETSCH, M. D.; MELO, F. R. L. V. de. **Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais da região sudeste**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1610–1627, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10354. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354>. Acesso em: 21 nov. 2022

PLETSCH, Márcia Denise. **Educação Especial e Inclusão Escolar: uma radiografia do Atendimento Educacional Especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense /RJ**. Ci. Huma. e Soc. em Rev., RJ, EDUR, V. 34, n.12, jan. / jun., p. 31-48, 2012. Disponível em: <https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br> . Acesso em: 21 nov. 2022

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Título do Estudo:** O PAPEL DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SALVADOR

**Pesquisador (A) Responsável:** Fernanda de Oliveira Soares da Silva

**Instituição / Departamento:** Universidade do Estado da Bahia- UNEB/ Departamento de Educação – CAMPUS I.

**Orientador (a) responsável:** Prof.<sup>a</sup> Valquíria M. Borba

**E-mail do (a) pesquisador (a) responsável:** fernandaosouares25@gmail.com

**Telefone do (a) pesquisador (a) responsável para contato:** (71) 98821-1692

**Local de coleta de dados:**

**CEP:**

\_\_\_\_\_ **Telefone:**

Prezado (a) Senhor (a): \_\_\_\_\_

- • Você está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa de forma totalmente **voluntária**;
- • Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que você compreenda as informações contidas neste documento;
- • O pesquisador deverá responder a todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar;
- • Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

#### **OBJETIVO:**

**Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário.

**Benefícios.** Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, possibilitando sua compreensão acerca da prática de sua militância.

**Riscos.** As respostas ao questionário não representarão qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

**Sigilo.** As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

**Ciência e de acordo do participante (sujeito da pesquisa)**

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito de pesquisa

**Ciência do (a) pesquisador (a) responsável pelo projeto:**

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

\_\_\_\_\_ Assinatura  
do responsável pelo projeto

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

## APÊNDICE B – Questionário



### QUESTIONÁRIO

Nome:

Tempo de atuação:

1.O que é o núcleo de Atendimento Educacional Especializado?

---

---

---

---

---

2.Qual a formação dos profissionais que trabalham nos núcleos?

---

---

---

---

---

3.Como é a interação do núcleo com os outros setores?

---

---

---

---

---

4.Qual o público-alvo do núcleo?

---

---

---

---

---

5. Quais as ações pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo?

---

---

---

---

---

6. Como é a interação do núcleo com as famílias?

---

---

---

---

---

7. Que dificuldades o núcleo enfrenta?

---

---

---

---

## ANEXO A – Respostas ao questionário



### QUESTIONÁRIO

Nome: Crisântemo

Tempo de atuação: Seis anos (06)

1.O que é o núcleo de Atendimento Educacional Especializado?

O Núcleo de Atendimento Educacional Especializado é um espaço escolar com a função de identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade numa perspectiva inclusiva social para os alunos, considerando sobretudo suas necessidades específicas para uma participação plena visando a autonomia e independência na escola e fora dela.

2.Qual a formação dos profissionais que trabalham nos núcleos?

Todo trabalho é realizado por uma equipe multiprofissional que pode ser composta por Psicólogo, Neuropsicopedagoga, Psicopedagoga, Psicomotricista, Professor regente, professor AEE, Mediador (Pedagogo) Profissional de apoio e Pedagogos com especialização na área de educação inclusiva.

3.Como é a interação do núcleo com os outros setores?

Essa interação é alinhada com todos os setores, funcionários, professores, orientadores e coordenadores educacionais, gestores e alunos. Envolve diversas etapas de desenvolvimento, planejamentos das atividades, e plano de ação. A inclusão de alunos na prática depende de toda equipe escolar, pois através da execução em concordância é que se faz acontecer a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

4.Qual o público-alvo do núcleo?

Segundo a LBI, LDBEN, entre outros documentos, são estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), os que possuem altas habilidades ou superdotação e Pessoas Com Deficiência (PCD), existe uma política já bem estabelecida de inclusão desses estudantes nas escolas regulares. No NAEI Colégio Marista em que trabalho temos: TEA, TDAH, TOD, SINDROMES, DI, PCD, PARALISIA CEREBRAL... dentre outros.

5.Quais as ações pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo?

Solicitar à família um laudo do diagnóstico da síndrome, transtorno, deficiência a qual a criança possui.

Notificar o diagnóstico aos professores que serão responsáveis pelo processo de aprendizagem do aluno.

Readaptar o quadro dos componentes curriculares e reorganizar os conteúdos do ano/série do plano de aula, estabelecendo objetivos que o aluno deve alcançar, elencando que será necessário desenvolver o mesmo.

Elaborar atividades diversificadas e estratégias que favoreçam o processo de aprendizagem. Adaptar critérios e instrumentos pertinentes ao sistema de avaliação e suportes na execução de tarefas solicitadas pelo professor, por meio de oralidade, escrita, utilização de recursos.

Disponibilizar mediador acompanhando aluno em sala aula e avaliações quando necessário.

Relatório trimestral constando a evolução do aluno.

Estabelecer contato com o profissional e/ou especialista que acompanha o aluno fora da escola.

Promover encontros entre família e escola para que, juntos possam adotar a mesma linguagem.

Cultuar com os colegas a compreensão, solidariedade e o respeito uns com os outros e com as diferenças de cada um.

Adaptar o espaço físico escolar às condições apresentadas pela criança diante de suas necessidades.

Auxiliar, incentivar e proporcionar aos educadores estarem sempre atentos a subsídios, textos, leituras, palestras, seminários, congressos, cursos que possam favorecer a atuação de maneira mais precisa com alunos de inclusão.

## 6. Como é a interação do núcleo com as famílias?

\_\_\_ Quando falamos em inclusão entre os alunos, não podemos esquecer que as famílias também são inclusas, precisam de atenção e momentos de socialização, de trocas de experiências para poder consolidar a inclusão. A parceria da escola e a família resulta em progressos no desenvolvimento que são significativos na qualidade de ensino. É primordial a atenção da escola a respeito dos impactos que alunos com características especiais produzem na vida em família. Com efeito, o entendimento das dificuldades de aprendizagem implica um olhar extensivo à família. Além disso o lar deve possuir uma extensão pedagógica, começando pelos pais, desviando-se da culpa e do medo, protegendo-se contra o desânimo e garantindo boas e otimistas expectativas.

É essencial que haja essa unidade, um eixo que pode ser o fio condutor para projeto da inclusão em família. No início do ano proporcionamos um encontro (reunião), com explicações mais contextualizadas sobre o tema, utilizando dinâmicas que implicam a importância da parceria. Durante o ano realizamos reuniões periódicas troca informações, mostra de relatórios, uma construção de experiência compartilhada. Escola e família são corresponsáveis.

## 7. Que dificuldades o núcleo enfrenta?

Uma das maiores dificuldades é a falta de parceria pais e escola, infelizmente muitas vezes essas tentativas são falhas e muitos pais não se apropriam do prejuízo de sua ausência como alicerce no desenvolvimento psicológico e social do filho. Temos alunos que são matriculados sem laudo sem que seus pais suspeitem de qualquer situação atípica do filho e após observação do professor diante de algumas dificuldades apresentados em sala, sugerimos que o levem a um especialista. Alunos matriculados sem laudo e só após a inserção descobrimos a necessidade de mediação e adaptações necessárias.

O grande problema na atualidade é que algumas escolas, além de não possuírem professores com especialização na área da educação inclusiva, muitas vezes esses mesmos professores não sabem lidar com mediadores que acompanham alunos de inclusão em sala de aula, não estão também preparadas para receber os alunos com necessidades físicas especiais.



## QUESTIONÁRIO

Nome: Girassol

Tempo de atuação: um ano (1)

1.O que é o núcleo de Atendimento Educacional Especializado?

O NAPp é um espaço que executa ações que promovem a aprendizagem de alunos inclusivos na escola, acompanhando os estudantes nos seus diversos segmentos com ações pensadas individualmente.

2.Qual a formação dos profissionais que trabalham nos núcleos?

Uma equipe de Pedagogos, psicopedagogos e acompanhantes pedagógicos.

3.Como é a interação do núcleo com os outros setores?

O núcleo vem ganhando espaço dentro da instituição, e a comunicação começa a ser mais efetiva com formação, participação nas reuniões de cada setor. Sem a comunicação o trabalho não caminha bem, ficam lacunas que atrapalham o desenvolvimento do trabalho de ambos os lados.

4.Qual o público-alvo do núcleo?

Crianças com necessidades específicas, desde transtornos globais do Conhecimento, Síndrome de Down e outros.

5.Quais as ações pedagógicas desenvolvidas pelo núcleo?

Oficinas de vida prática, projetos literários aulas diárias sobre conteúdos trabalhados em sala adaptação curricular.

6.Como é a interação do núcleo com as famílias?

Estamos sempre abertos para receber as famílias e os profissionais das crianças que fazem parte do núcleo. Essa interação acontece em vários momentos durante o ano, a partir dos plantões pedagógicos e quando surge a necessidade.

7.Que dificuldades o núcleo enfrenta?

Atualmente o espaço físico é a nossa maior dificuldade, pois, para os atendimentos individualizados de tantos alunos de segmentos diferentes é um desafio.